DOSSIÊS TEMÁTICOS DA REVISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS:

sinopse para um balanço de sua contribuição à interpretação e ao debate dos desafios da sociabilidade contemporânea

Raimunda Nonata do Nascimento Santana[1]

Salviana de Maria Pastor Santos Sousa[2]

RESUMO

Demarcações para um futuro balanço das contribuições dos dossiês temáticos da Revista de Políticas Públicas, publicação do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, à explicação e ao debate das transformações e dilemas da sociabilidade contemporânea. Apoiadas em pesquisa bibliográfica, na organização de um painel temático e na análise de editoriais, entrevistas e resenhas enfatizam elementos da trajetória e da atual política editorial da RPP, a historicidade e a crítica do presente como princípios orientadores das edições temáticas, assim como angulações da construção teórico-analítica e político-propositiva, das clivagens conjunturais e dos desafios político-acadêmicos presentes em alguns Dossiês. Conclui que, como uma expressão do trabalho essencialmente coletivo e do compromisso com o pensamento social crítico próprios às revistas acadêmico-científicas brasileiras, de modo especial as da área do Serviço Social, as edições temáticas da RPP apresentam contribuições significativas à interpretação e ao debate dos desafios da sociabilidade contemporânea.

Palavras-chave: Revista de Políticas Públicas. Dossiês Temáticos. Sociabilidade capitalista contemporânea.

ABSTRACT

Demarcations for a future survey of the contributions of the thematic dossiers of the Revista de Políticas Públicas, publication of the Post-Graduate Program in Public Policies of the Federal University of Maranhão, to the explanation and debate on the transformations and dilemmas of contemporary sociability. Supported by bibliographical research, the organization of a thematic panel and the analysis of editorials, interviews and reviews emphasize elements of the trajectory and current editorial policy of the RPP, the historicity and criticism of the present as guiding principles of thematic editions, as well as angulations of the theoretical-analytical and political-propositional construction, of the conjunctural cleavages and of the political-academic challenges present in some Dossiers. It concludes that, as an expression of the essentially collective work and commitment to critical social thinking inherent to Brazilian academic-scientific journals, especially those in the area of Social Work, the

[1] 1 Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora aposentada da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da UFMA. E-mail: nonatasantana@gmail.com

[2] Assistente Social. Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Professora aposentada do Curso de Serviço Social e do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da UFMA. E-mail: sousa.salviana@ufma.br

thematic editions of the RPP present significant contributions to the interpretation and debate of challenges of contemporary sociability.

Keywords: Journal of Public Policies. Thematic Dossiers. Contemporary capitalist sociability.

1 INTRODUÇÃO

A Revista de Políticas Públicas (RPP), publicação do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), num dado momento da sua trajetória, precisamente a partir do volume 12, número 2 (julho/dezembro 2008), optou por acrescentar uma particular proposição acadêmico-editorial nas trilhas já sólidas e abertas na busca permanente de concretização do principal objetivo do Periódico: contribuir para o avanço teórico-prático das políticas públicas. Tratava-se da adoção de edições temáticas que deveriam traduzir o empenho da Revista em contribuir à interpretação e ao debate dos desafios da sociabilidade contemporânea, mediante a proposição de temáticas acadêmico-políticas específicas e o convite a pesquisadores/as, através de chamadas públicas, para debatê-los. Tal decisão levou à Comissão Editorial a lidar com duas ordens de questões bastante complexas: 1) qual o ponto de unidade teórico-político e acadêmico-analítico que deveria orientar a proposição de Dossiês numa revista já temática? 2) quais as questões substantivas a serem debatidas?

A resposta à primeira questão se configurou na opção teórico-metodológica de tomar como ponto de unidade o privilégio atribuído a duas dimensões fundamentais: a historicidade e a crítica do presente. No núcleo dessa opção encontra-se a afirmação do ponto de vista historicista da totalidade na compreensão do passado, do presente e das tendências futuras do ser social e a relevância da análise conjuntural como produto da urgência e dos desafios concretos do presente histórico. Com a crítica da sociabilidade contemporânea busca-se enfatizar que, em determinadas sociedades, como a brasileira, a configuração do atual estágio de desenvolvimento do capitalismo é incompatível com a universalidade dos direitos sociais e a necessidade histórica da emancipação humana[1].

A este propósito, desde 2008, nos Dossiês Temáticos da RPP, sintetizando essa orientação acadêmico-política e abrindo-se à interlocução nacional e internacional, se juntam e se cruzam, de um modo sempre surpreendente e consistente de excelência acadêmica, um conjunto amplo e plural de textos, ideias e autorias, situados em diferentes campos disciplinares das Ciências Humanas e Sociais, voltado ao esforço constante de compreensão e análise crítica da sociabilidade contemporânea mediante a abordagem de temas particulares. conjunturas específicas e procedimentos de pesquisa singulares.

Assim, resultante de pesquisa bibliográfica e documental, da organização de um painel temático e da análise de editoriais, entrevistas e resenhas, esta sinopse se apresenta organizadas em três partes principais: Na primeira, recuperamos aspectos centrais da trajetória e da atual política editorial da RPP. Na segunda, afirmando a historicidade e a crítica do presente como princípios e almejando possibilitar uma visão de conjunto das edições temáticas, exibimos uma visão panorâmica dos temas, entrevistas e resenhas conformadoras dos Dossiês publicados. Na terceira, tomando as quatro últimas edições temáticas como base da análise, destacamos angulações da construção teórico-analítica e político-propositiva, das clivagens conjunturais e dos desafios político-acadêmicos presentes em cada um desses Dossiês.

Por fim, na Conclusão, reafirmamos que o amplo universo temático e a densidade da tessitura teórico-analítica presentes no conjunto dos Dossiês da RPP justificam a necessidade de balanços aprofundados e sistemáticos sobre à contribuição da Revista no cumprimento das tarefas acadêmicas e políticas exigidas pela compreensão e difusão do debate de ideias sobre a sociabilidade contemporânea mundial, latino-americana e brasileira.

2 **REVISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS**: registros históricos e demarcações editoriais

A RPP é um periódico eletrônico acadêmico (ISSN 2178-2865), interdisciplinar, semestral, arbitrado, com acesso livre e gratuito, editado pelo PPGPP/UFMA. Do mesmo modo que as Jornada Internacional de Políticas Públicas

(JOINPPs), constitui-se em espaço estratégico utilizado para o alcance dos objetivos desse Programa que é “Formar recursos humanos, em nível de pós-graduação, para refletir e intervir criticamente na realidade social, no campo das políticas públicas, seja na vida acadêmica, seja em órgãos governamentais ou entidades da sociedade civil”. (PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, 2011, art. 4).

O primeiro número da RPP foi lançado na celebração da 47ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), evento realizado na UFMA, no período de 9 a 14 de julho de 1995, na cidade de São Luís, com o tema *Ciência e Desenvolvimento Autossustentável*. Criada como espaço destinado a viabilizar a publicação de trabalhos da comunidade acadêmica desse Programa, tem, presentemente, como escopo divulgar produções científicas sobre temas em debate e paradigmas que referenciam a produção do conhecimento, no campo das políticas públicas, além de favorecer a articulação do PPGPP com outras instituições acadêmicas, em nível nacional e internacional. A Revista possui conceito A2 no Sistema Qualis Periódicos na área de Serviço Social[2] atribuído pela Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES/MEC). Está indexada em 11 (onze) plataformas e bases de dados nacionais e internacionais: Diadorim, Iresie, Latindex, Rcaap, Seer Ibict, Vlex Brasil, Redalyc, Clase, Doaj, Portal de Periódicos Capes e Portal de Periódicos da UFMA.

No que diz respeito à sua estrutura organizativa, a RPP conta com Comissão Editorial permanente composta por 03 (três) membros; Secretaria Executiva; Corpo de Especialistas para normalização e revisão linguística dos idiomas português, inglês, francês e espanhol; Consultores *ad hoc* e Conselho Editorial e Científico formados por pesquisadores/as de instituições nacionais e internacionais. Apresentada, inicialmente, em versão impressa (ISSN 0104-8740) e on line (ISSN 2178-2865), a partir do v. 20, n. 2, a RPP foi mantida apenas na versão eletrônica, com base em três argumentos centrais: as facilidades dessa versão para a divulgação, recebimento de submissões, avaliação e seleção dos artigos; o desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), no qual o meio eletrônico avulta-se como conduto privilegiado de acesso e propagação do conhecimento e da informação; e as expressões da crise econômica e do ajuste

fiscal nos orçamentos das IES brasileiras, que se refletem nas dificuldades de captação de recursos destinados a financiar revistas acadêmico-cientificas.

No momento presente, a RPP, que publica trabalhos nos idiomas português, inglês, espanhol e francês, sustenta meio de submissão aberto através de duas formas de chamadas: a) Dossiê Temático, com período e tema previamente definidos; b) Fluxo Contínuo para recebimento de artigos e ensaios situados no campo temático das Políticas Públicas. Nas duas formas, os trabalhos submetidos necessitam ser originais, adequarem-se às normas da publicação, devendo ser avaliados por pareceristas *ad hoc*, com fulcro nas orientações da Política Editorial da Revista. Em relação ao Dossiê Temático que passou a definir o perfil da RPP no contexto da mudança na sua política editorial, em 2008, os temas privilegiados têm o sentido de iluminar encontros e experimentos, favorecendo o aprofundamento de questões conexas ao campo das Políticas Públicas, espinha dorsal do Periódico, e, de modo especial, contribuir para estudos e debates do pensamento social crítico sobre a sociabilidade capitalista contemporânea.

Essa configuração geral da Revista, no contexto da qual se situa a vinculação dos seus trabalhos através do DOI, tem atraído um número crescente de autores e autoras de diferentes áreas profissionais, locais de origem e vínculos institucionais. Tal demanda se situa em torno de 210 (duzentos e dez) textos por chamada, dos quais são publicados 25 (vinte e cinco) por edição. O processo de seleção do material submetido para publicação comporta três momentos: a) o exame da sua contribuição para a linha temática da Revista, o atendimento aos critérios de formatação explicitados nas políticas de seção e não ter o autor publicado nas edições regulares, no espaço temporal de doze meses; b) a apreciação do material por consultores *ad hoc* que manifestam sua opinião mediante pareceres consubstanciados; c) a decisão final sobre os trabalhos a serem publicados pela Comissão Editorial que considera, fundamentalmente, os subsídios apontados pelos pareceristas, e, como critérios complementares, a presença internacional das autorias, a diversidade regional, institucional e dos recortes temáticos dos trabalhos.

3 **HISTORICIDADE E CRÍTICA DO PRESENTE**: elementos fundamentais da proposição e configuração dos Dossiês Temáticos da RPP

Neste item, buscamos demarcar a contribuição da RPP como expressão atual e memória do pensamento social e político-ideológico, bem como da pesquisa acadêmico-científica que procura apreender o movimento da realidade a partir dos nexos constitutivos das formas de sociabilidade e das contradições e dilemas que lhes acompanham. Para tal, mediante a organização do painel memorialístico apresentado mais à frente, privilegiamos três dimensões especialmente relevantes: os temas que dão a direção às diferentes edições; as resenhas, que mostram um arcabouço das reflexões de autores/as nas obras compiladas e as entrevistas concedidas por especialistas em estreita articulação com o tema do Dossiê.

Em relação aos temas, suas formulações procuram responder ao ponto de vista historicista e explicativo da totalidade na compreensão do passado, do presente e das tendências futuras do ser social e a relevância da análise conjuntural como produto da urgência e desafios concretos do presente histórico[3], com ênfase ao processo mundial e estágio atual do desenvolvimento do capitalismo em suas expressões nacionais e intricadas relações internacionais.

Assim, caminhando na direção apontada pelos temas, estão disponíveis na página da Revista, textos e autorias situados em díspares campos disciplinares das Ciências Humanas e Sociais, referentes: à articulação entre o homem e a natureza; às relações entre as classes sociais movidas por ideologias que orientam as lutas por hegemonia; ao crescimento de movimentos contestatórios e insurrecionais que se adensam, em nível global, em contraposição àqueles de caráter ultraliberal e neofacista em ascensão; à abordagem da violência enquanto presença da ferocidade nas relações com o outro por ser um outro; à reflexão sobre a necessidade de luta em prol dos direitos humanos e da democracia; ao debate das lutas sociais em suas múltiplas formas de expressão (lutas anticapitalistas, feministas, antirracistas, antiescravagistas e ambientalistas); ao tratamento dos limites e possibilidades do Estado e da governabilidade; e à busca de explicação sobre os processos de formulação, implementação e gestão de políticas públicas específicas, em diferentes campos da sociabilidade cotidiana, entre os quais: trabalho, educação, saúde, segurança, urbanização, previdência, saneamento, moradia, cultura, assistência social.

Resenhas e entrevistas têm papel relevante no registro do pensamento social presentificado nos temas escolhidos em cada edição. São trabalhos elaborados por diferentes autores e autoras e novas interpretações provocadas a partir de questionamentos de pesquisadores a intelectuais de renome nacional e internacional, que trazem em seu currículo, muitas vezes, de forma articulada, a produção acadêmica e a participação ativa na construção das lutas sociais e na gestão pública. Desse modo, os resenhistas são especialistas convidados pela Comissão Editorial que devem privilegiar dois focos no processo de escolha da obra e elaboração do documento: (a) a identidade do autor em relação ao tema privilegiado no dossiê temático da edição em pauta; (b) a relevância da obra na configuração de um mural da contemporaneidade. Os entrevistados, são pesquisadores capazes de articular o tema proposto para análise com as mais diversas áreas do conhecimento, permitindo uma rica visualização de processos de formação da sociabilidade em suas diferentes expressões e em realidade específicas. Nesse âmbito, as entrevistas e resenhas constantes dos Dossiês Temáticos da RPP configuram um rico e fecundo momento da responsabilidade e maestria de renomados intelectuais em face das questões sobre as quais reflete.

RPP	Dossiê Temático	Entrevistados(as)/ Entrevistadores(as)	Texto resenhado/ resenhista
v. 25 n. 1 2021	Políticas Públicas em Tempos da Pandemia de COVID-19: dinâmicas, contradições e enfrentamentos em defesa da vida e dos direitos	Almerindo J. Afonso / Ilse Gomes Silva	SANTOS, Boaventura de S. A cruel pedagogia do vírus [recurso eletrônico]. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020. / Marly de Jesus Sá Dias
v. 24 n. 2 2020	Autoritarismos, Destruição de Direitos e Lutas Sociais na América Latina do Século XXI	Waldir Rampinelli / Zulene Muniz Barbosa	BORON, Atílio. Bitácora de un navegante: teoría política y dialéctica de la historia latinoamericana: antología esencial. Buenos Aires: CLACSO, 2020. / Marcos Antonio da Silva e Guillermo Alfredo Johnson
v. 24 n. 1 2020	A Questão Ambiental na Contemporaneidade: conflitos socioambientais, garantias constitucionais e a efetividade das políticas públicas em debate	Dimas Floriani / Benjamin Alvino de Mesquita	KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. / Solange Gayoso
v. 23 n. 2 2019	Reformas Regressivas e Políticas Públicas: afirmação do direito à educação como desafio contemporâneo	Márcia Ângela Aguiar / Lélia Cristina Silveira de Moraes	FREITAS, Luis Carlos de. A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018. / Carlos José de Melo Moreira
v. 23 n. 1 2019	Violências, Polícias e Políticas no Campo da Segurança Pública: desafios do presente	Vera Malaguti de Souza k kmW. Batista e Nilo Batista / Thiago Allisson Cardoso de Jesus	FRANCO, Marielle. UPP: a redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro. São Paulo: n-1 edições, 2018. / Francilene Cardoso
v. 22 n. 2 2018	Avanço do Conservadorismo: expressões e formas de Resistência	Wagner Cabral / Salviana de Maria Pastor Santos Sousa	FRESU, Gianni. Nas trincheiras do ocidente: lições sobre fascismo e antifascismo. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2017. / Cristiana Costa Lima
v. 22 n. 1 2018	Políticas Públicas Culturais: configurações, dilemas e perspectivas contemporâneas	Lia Calabre / Antonio Evaldo Almeida Barros	CALABRE, Lia; LIMA, Deborah Rebello (Orgs.). Políticas Culturais: conjunturas e territorialidades. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa e Observatório Itaú Cultural, 2017. / Aldina da Silva Melo
v. 21 n. 2 2017	Crise no Mundo do Trabalho e Mudanças Regressivas no Marco Regulatório	Márcio Pochmann / Valéria Ferreira Santos de Almada Lima	BRAGA, Ruy. Rebeldia do Precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global. São Paulo: Boitempo, 2017. / Franci Gomes Cardoso

RPP	Dossiê Temático	Entrevistados(as)/ Entrevistadores(as)	Texto resenhado/ resenhista
v. 21 n. 1 2017	Poder Político e Gestão Pública: questões e debates contemporâneos	Geraldo Di Giovanni / Maria Carmelita Yazbek	ROSSETTO, Adriana Marques; REIS, Maria José; SENS BLOEMER, Neusa Maria (Orgs.). Gestão, usos e significados das águas: conflitos e convergências. Florianópolis: UFSC, 2015. /Guillermo Alfredo Johnson
v. 20 n. 2 2016	Previdência Social na América Latina: legado histórico e impasses Contemporâneos	Evilásio Salvador / Salviana de Maria Pastor Santos Sousa	SILVA, Maria Lucia Lopes da. Previdência Social no Brasil: desestruturação do trabalho e condições para sua universalização. São Paulo: Cortez editora. 2012. / Cleonice Correia Araújo
v. 20 n. 1 2016	Políticas Públicas de Saúde: impasses e perspectivas à universalização do atendimento	Maria Inês Souza Bravo / Marly de Jesus Sá Dias	BARATA, R. B. Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde. Rio de Janeiro: Editora da FIOCRUZ, 2009. (Coleção Temas de Saúde). / Maria de Fátima Siliansky de Andreazzi
v 19 n.2 2015	Democracia Representativa e Participação Popular	Olga Del Carmen Fernández Ríos / Ilse Gomes Silva	RANCIÈRE, Jacques. O ódio à Democracia. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014. / Salviana de Maria P. Santos Sousa
v. 19 n. 1 2015	Crise Atual do Capitalismo e Políticas Públicas: balanço e perspectivas Continentais	Alex Oliveira de Souza / Flávio Bezerra de Farias	BRAGA, Ruy. A nostalgia do fordismo: modernização e crise na teoria da sociedade salarial. São Paulo: Xamã, 2003. / Flávio Bezerra de Farias
v. 18 n. 2 2014	Poder, Violência e Políticas Públicas no Contexto Contemporâneo	Vicente de Paula Faleiros / Jacira do Nascimento Serra	ŽIŽEK, Slavoj. Violência: seis reflexões laterais. Tradução de Miguel Serras Pereira. São Paulo: Boitempo, 2014. / Mary Ferreira
v.18 n. 1 2014	Orçamento Público: concepções e desafios para as políticas públicas	Maria Lucia Fatorelli / José Menezes Gomes	FILGUEIRAS, Luiz. História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2006. / Antônia Jesuíta de Lima
v. 17 n. 2 2013	A Questão do Neodesenvolvimentismo e as Políticas Públicas	Rodrigo Castelo / Raquel Raichelis	POCHMANN, Marcio. Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil. São Paulo: Cortez, 2010. / Franci Gomes Cardoso
v. 17 n. 1 2013	Avaliação de Políticas Públicas: teorias e práticas	Mariangela Belfiore Wanderley / Maria Ozanira da Silva e Silva	MUÑIZ, Arlette Pichardo. Evaluación del impacto social el valor de lo humano ante la crisis y el ajuste. 2. ed. Buenos Aires: Lumen Hvmanitas, 1997. / Valéria Ferreira Santos de Almada Lima
v.16 n. 2 2012	Política Educacional Brasileira: embates e possibilidades	Dalila Andrade / Lélia Cristina Silveira de Moraes	FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 50. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. - Por que continuar lendo Pedagogia do Oprimido? / Moacir Gadotti
v.16 n. 1 2012	Políticas Públicas: desafios e dimensões contemporâneas do desenvolvimento regional	Leonardo Guimarães Neto /Jorge Luiz Alves Natal e Hipólita Siqueira	BRANDÃO, Carlos. Território & Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Ed. Unicamp, 2007. / Hipólita Siqueira
v.15 n. 2 2011	Direitos Humanos: desafios e perspectivas para Políticas Públicas	Antonio Manuel Hespanha / Cláudia Maria da Costa Gonçalves	COSTA; Pietro. Soberania, representação e democracia: ensaios de história do Pensamento Jurídico. Curitiba: Juruá, 2010. 297 p. / Ricardo Marcelo Fonseca
v. 15 n. 1 2011	Políticas Públicas: questão agrária e meio ambiente	Henrique Santos Pereira / Elenise Scherer	SANT'ANA JÚNIOR, H. A. et al (Orgs.). Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá- Mirim. São Luís: EDUFMA, 2009. / Maria José da Silva Aquino e José Arnaldo dos Santos Ribeiro Júnior
v. 14 n. 2 2010	Seguridade Social: Política de Saúde, Previdência e Assistência Social	Maria Lucia Teixeira Wernek Vianna /Salviana de Maria Pastor Santos Sousa	SALVADOR, Evilasio. Fundo público e Seguridade Social no Brasil. São Paulo: Cortez Editora, 2010. / Maria do Rosário de Fátima e Silva
v. 14 n. 1 2010	Políticas Públicas: gênero, etnia e geração	Lourdes Maria Bandeira/ Lourdes de Maria Leitão Nunes Rocha	LASMAR, Cristiane. De volta ao Lago de Leite: gênero e transformação no Alto Rio Negro. São Paulo: Ed. UNESP, 2005. / Rose Panet
v. 13 n. 2 2009	Desigualdade, Pobreza e Programas de Transferência de Renda na América Latina	Eduardo Matarazzo Suplicy / Maria Ozanira da Silva e Silva	SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Coord.). O Bolsa Família no Enfrentamento à Pobreza no Maranhão e Piauí. São Paulo: Cortez, 2008. / Simone de Jesus Guimarães
v. 13 n. 1 2009	Proteção Social no Brasil e na América Latina	Vera Teles / Maria Carmelita Yasbek e Raquel Raichelis	ESPING-ANDERSEN, Gosta Avec; PALIER, Bruno. Trois Leçons sur l´État-Providence. Paris: Ed. Seuil, La Republique des Idees, 2008. / Elenise Faria Sherer
v. 12 n. 2 2008	Questão Urbana, Moradia e Gestão das Cidades	Hermínia Maricato / Frederico Lago Burnnet	WACQUANT, Loïc. As duas faces do Gueto. São Paulo: Boitempo, 2008. / Christiane Pimentel e Silva

Quadro 1 - Temas, Entrevistas e Resenhas: um painel memorialístico
Fonte: Elaborado pelas autoras.

4 **DOSSIÊS ILUSTRATIVOS**: indicações sobre fundamentos teórico-históricos, clivagens conjunturais e desafios político-acadêmicos

Do conjunto de temas que conformam as edições da RPP e valendo-nos como fontes de pesquisa de editoriais, entrevistas e resenhas apresentamos, no presente item, breves demarcações sobre fundamentos teórico-históricos, clivagens conjunturais e desafios político-acadêmicos dos quatro últimos Dossiês. A intenção é a de afirmar o potencial do material para abalizar, em balanço futuro, se os Dossiês do Periódico reúnem indagações historicamente fundamentais do tempo presente e núcleos explicativos capazes de sustentar a contribuição da Revista à interpretação e ao debate dos desafios da sociabilidade contemporânea.

- **REFORMAS REGRESSIVAS E POLÍTICAS PÚBLICAS**: afirmação do direito à educação como desafio contemporâneo

A formulação do tema do Dossiê Temático do v. 23, n. 2 (2019) da RPP oportunizou o aprofundamento da discussão sobre a crise na educação que o Periódico já havia proposto no seu v. 16, n. 2, (julho/dezembro 2012) sob o título *Política Educacional Brasileira: embates e possibilidades*. Retomando o tema na perspectiva do processo de regressividade do direito à educação pública, a Revista, mais uma vez, estimulou o debate sobre o urgente desafio contemporâneo dos sujeitos envolvidos na formulação de políticas públicas de educação, traduzido no enfrentamento de uma grave e complexa contradição. De um lado, o direito social à educação pública garantido pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. De outro lado, diluindo as fronteiras entre público e privado, a ampliação da educação como campo de investimento da economia capitalista, mediante processos da privatização, mercantilização e financeirização da educação, consolidados com contribuição do Estado. O Editorial desse volume da RPP demarca que a regressividade no âmbito do direito à educação

> [...] apresenta-se, hoje, sob três faces intrinsecamente articuladas: a primeira é a contraposição explícita a uma educação emancipadora, aquela em que se aprende a decodificar o mundo e a construir as formas entendidas como adequadas de nele se inserir, em favor de valores e concepções de mundo hostis à mudança social; a segunda, é a crescente negação da educação como direito de todos e dever do Estado; e a terceira é a metódica ruptura com o modelo de regulação capitalista de expansão simultânea dos setores público e privado, privilegiando-se, explicitamente,

> uma agenda mercantil que restringe a educação a um fator de produtividade. (SANTANA; SOUSA, 2019, p. 1).

Alargando o campo da crítica à regressividade do direito à educação dois destaques fundamentais: a) a ponderação feita Leher (2016, p. 7) de que as propostas, ora em curso no Brasil, apontam para obstaculizar a laicidade da vida social, através da manipulação de valores conservadores e do medo: "[...] por isso, a escola referenciada na ciência, na arte, na cultura, portanto, na reflexão histórico-crítica, não pode ser tolerada."; b) o argumento de Luís Carlos de Freitas, autor do livro *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias* resenhado para essa edição da RPP, sobre a ausência da democracia e da ética quando determinados setores da sociedade instrumentalizam a educação, através do poder de controle sobre a finalidade da ação educativa, os conteúdos a serem ministrados nas escolas e os métodos de ensino a serem aplicados.

- **A QUESTÃO AMBIENTAL NA CONTEMPORANEIDADE**: conflitos socioambientais, garantias constitucionais e a efetividade das políticas públicas em debate

A magnitude e a complexidade da atual crise socioambiental, manifestando a tendência da relação capital e natureza ser mais antagônica em cada estágio do capitalismo e questionando a ordem da civilização contemporânea e seus devastadores métodos de produção e consumo organicamente vinculados ao processo de acumulação, se constituíram como nortes da formulação do Dossiê Temático do v. 24, n. 1, (2020) da RPP.

No Editorial desse volume, Santana e Sousa (2020)[4] relembram que o reconhecimento de expressões e contradições pertinentes à conquista da natureza e à degradação ambiental, em nome do desenvolvimento medido pelo aumento da produção de mercadorias, indica que as relações entre capital, Estado e usos dos recursos ambientais, que se situam desde uma escala de grandeza planetária até a microescala do território local, são conflitantes e podem manifestar-se no aumento das desigualdades sociais, das lutas sociais e da pobreza.

Assim, a questão socioambiental, além de constituir-se base de discussões teórico-conceituais e pesquisa empíricas que referenciam volumosos e ricos debates sobre a temática, também, contemporaneamente, integra a agenda governamental

de diferentes sociedades concretas. Duas linhas interpretativas antagônicas guiam essa integração. Uma orientada pelo reconhecimento de que a permanência das atuais condições de produção e consumo põe em xeque a vida no planeta[5], outra, mediante pautas que negam ou minimizam a dimensão dos efeitos, em suas múltiplas facetas, dessa devastação denunciada com base em dados objetivos e científicos.

Na compreensão dessas contradições, quando inscritas na particularidade brasileira, a questão das lutas ambientais, suas conquistas e revezes, conforma um importante campo para a análise dos sujeitos políticos em luta e das estratégias e enfoques das disputas. Nesse sentido, Dimas Floriani (2020, p. 288), o entrevistado dessa edição da RPP, destaca a importância da Rio-92 que "[...] refletiu a mobilização de organizações e movimentos sociais amplos, advindos da Constituição de 1988, como expressão de uma grande onda democratizante no país". Mas, aponta o entrevistado: a partir de 2019, essa pauta positiva apresenta acentuada regressividade mediante a ativa participação de negacionistas climáticos e diferentes categorias sociais que incentivam, abertamente, "[...] o desmatamento, a garimpagem, as atividades neoextrativistas e o avanço do agronegócio" (FLORIANI, 2020, p. 291).

- **AUTORITARISMOS, DESTRUIÇÃO DE DIREITOS E LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA DO SÉCULO XXI**

O tema do Dossiê Temático no v. 24, n. 2 (2020) possibilitou a recuperação da configuração dos autoritarismos em termos dos seus contornos, adensamento e formas de expansão. Trata-se de expressão do tempo presente, que se constitui em fenômeno global, embora interaja e se reproduza, diferentemente, em contextos sociais e históricos específicos.

O crescimento das formas atuais de autoritarismo reflete a indisposição que a democracia provoca naqueles que, conforme Rancière (2014), a despeito do tempo e do lugar de nascimento, consideram-se titulares do poder de conferir vida e morte ao restante dos mortais. De fato, nas balizas identitárias teórica e programática desse fenômeno encontram-se agregados, pelo menos, três características centrais que se contrapõem à concepção moderna de democracia: o esvaziamento dos mecanismos de consenso com a consequente limitação do pluralismo político e

aumento do controle sobre a participação popular; a defesa de governos de configuração hierárquica legitimados com base em apelos emocionais (religião, pátria, família); e a naturalização da desigualdade social[6].

Conforme Gramsci (2001), sob o capitalismo, instauram-se crises que alcançam não somente a instância econômica, mas também a *política*. É o caso da crise econômica global iniciada nos anos 2007. Nesse âmbito, determinadas estratégias governamentais, para além do estabelecimento de consensos, assumem, abertamente, a violência e a coerção no exercício da dominação. É possível entender, de tal modo, porque as atuais estratégias da direita liberal, em prol dos autoritarismos, recaem contra os próprios marcos teóricos da democracia, sendo que o poder econômico e político tem sido usado para manipular os procedimentos necessários à garantia dos resultados pretendidos, na dinâmica das instituições e, particularmente, nos processos eleitorais.

Enfim, no contexto atual de crescimento dos autoritarismos, os procedimentos democráticos que devem ser certos para a obtenção de resultados incertos, caso da eleição de representantes pela maioria, são substituídos pelo estímulo ao ódio de classes e à defesa do uso extremo da função coercitiva do Estado para refrear movimentos contestatórios e insurrecionais[7].

- **POLÍTICAS PÚBLICAS EM TEMPOS DA PANDEMIA DE COVID-19**: dinâmicas, contradições e enfrentamentos em defesa da vida e dos direitos

O tema da edição v. 25, n. 1 (2021) buscou estimular a reflexão sobre a crise sanitária global que abala o planeta desde o ano de 2019 provocada pela Covid-19, doença sistêmica que se difundiu internacionalmente no âmbito da atual crise estrutural do capitalismo. A ideia central que orientou a proposta e foi entendida e acolhida pelos autores do material publicado é que o aparecimento do vírus e o agravamento da enfermidade guardam relação com a produção desregrada para afiançar a acumulação de riqueza. Consequentemente, também, o sentimento de pertença e de segurança aos historicamente privilegiados que, conforme Mbembe (2016), se expressa através do sagrado, da hierarquia, da religião e da tradição.

Por outro lado, além da catástrofe ecológica iminente que, na visão de Santos (2020), tem sido edificada pelas atuais formas de produção, o hiperconsumo que movimenta a demanda nos circuitos do sistema, ao se tornar inoperante nas restritas

condições infligidas pela ação do vírus, não só assinala a probabilidade de bancarrota de organizações envolvidas em diferentes níveis da produção e da comercialização de produtos, como tem provocado o crescimento do desemprego e da pobreza. (SOUSA, 2020).

Nesse novo contexto, as próprias indicações de organizações internacionais, como a OMS, têm se mostrado ineficazes, pelo menos em razão de situações colocadas em dois campos particulares. O primeiro está relacionado ao distanciamento social que é obstaculizado aos trabalhadores cujas atividades laborais são exclusivamente presenciais; aos que habitam em moradias precárias que não permitem a privacidade; aos moradores de rua e aos que se desdobram em exercícios variados de filantropia praticados em meio ao caos. O segundo campo, pela ação de negacionistas que se recusam reconhecer a periculosidade do vírus, as recomendações de prevenção e a eficácia das vacinas.

5 CONCLUSÃO

Ao finalizar essa preliminar e concisa recuperação histórica da RPP, tendo em vista a realização de um futuro e aprofundado balanço sobre a contribuição dessa Revista à explicação e ao debate das transformações e dilemas da sociabilidade contemporânea, dois aspectos se destacam.

O primeiro é a relevância do trabalho de diferentes sujeitos sociais para garantir o lugar que esse Periódico hoje ocupa na conformação dos objetivos centrais de promover e disseminar a produção do conhecimento, o debate e a socialização de experiências acadêmicas, assim como criar mecanismos de articulação com outros programas de pós-graduação e com o ensino de graduação em nível nacional e internacional. O segundo, é a força do painel memorialístico construído mediante uma recuperação histórica que permite trazer à tona a RPP no movimento da história. É uma forma de recuperação que, na confluência de tempos e na universalidade contida no particular e no singular, possibilita que se possa percorrer os temas, com suas formulações e desdobramentos materializados no processo de produção e divulgação do conhecimento crítico sobre tensões e

conflitos vividos nas diversas expressões da questão social nos âmbitos local, regional, nacional e internacional.

A título de conclusão, cabe registrar, considerando o recorte escolhido para a organização desta sinopse, que às bases para um balanço aprofundado da RPP aqui demarcadas deverá se juntar o rico acervo materializado nos artigos e ensaios, produtos de estudos sistemáticos e orgânicos de autores e autoras sobre a temática formulada em cada Dossiê Temático.

Por fim, reconhecemos a riqueza temática e a excelência do trato acadêmico que conformam a totalidade dos Dossiês da RPP, acervo que, é certo, mesmo não podendo dissocia-lo das mudanças em curso na universidade brasileira e suas incidências nas condições da produção do conhecimento, não guarda relações com o produtivismo que assola a Universidade brasileira, pois aponta um novo grande norte de orientação para a organização de uma agenda investigativa no sentido do aprofundamento e análise crítica sobre as contribuições da RPP à explicação e ao debate das transformações e dilemas da sociabilidade contemporânea. Sociabilidade que, na presente conjuntura história encontra-se dilacerada pelo conservadorismo reacionário e pelo ultraliberalismo.

REFERÊNCIAS

FLORIANI, D. A questão ambiental na contemporaneidade: conflitos socioambientais, garantias constitucionais e a efetividade das políticas públicas em debate. **Revista de Políticas Públicas,** São Luís, v. 24, n. 1, p. 268-301, 2020. Disponível em: http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/14379/7665. Acesso em: 10 jun. 2020.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.v.1

LEHER, R. Uma etapa crucial da contrarreforma. **Le Monde Diplomatique Brasil,** São Paulo, n. 112, p. 9-7, nov. 2016. Disponível: http://diplomatique.org.br/uma-etapa-crucial-da-contrarreforma/. Acesso em: 23 nov. 2019.

MBEMBE, A. A era do humanismo está terminando. **Diário do Centro do Mundo,** [S. l.], 2016. Disponível em: http://www.diariodocentrodomundo.com.br/achille-mbembe-a-era-do-humanismo-esta-terminando. Acesso em: 12 jun. 2021.

MÉSZÁROS, I. **Produção destrutiva e Estado capitalista**. Tradução: Georg Toscheff. São Paulo: Ensaio, 1989.

OLIVEIRA, F. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: OLIVEIRA, F.; RIZEK, C. S. (orgs.). A era da indeterminação. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 15-45.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS. Regimento Interno. São Luís: UFMA/PPGPP, 2011. Disponível em: https://sigaa.ufma.br/sigaa /public/programa/documentos_stricto.jsf?lc=pt_BR&idPrograma=893&idTipo=2. Acesso em: 10 jun. 2020.

RANCIÈRE, J. O ódio à Democracia. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

SANTANA, R. N.; SOUSA, S. M. P. S. Editorial. Revista Políticas Públicas, São Luís, v. 23, n. 2, p. 461-464, 2019. Disponível em: http://www.periodicoseletronicos. ufma.br/index.php/rppublica/article/view/13105/7291. Acesso em: 10 jun. 2020.

SANTANA, R. N.; SOUSA, S. M. P. S. Editorial. **Revista de Políticas Públicas,** São Luís, v. 24, n, 1, p. 7-10, 2020. Disponível em: http://www.periodicoseletronicos.ufma .br/index.php/rppublica/article/view/14362/7649. Acesso em: 10 jun. 2020.

SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus**. Disponível em: https://jornalistaslivres. org/boaventura-de-sousa-santos-a-cruel-pedagogia-do-virus/. Acesso em: 10 jun. 2020.

SCHUMPETER, J. **Creative Destruction**. Atlanta, 2016. Disponível em: https://fee. org/articles/creative-destruction/. Acesso em: 26 dez. 2018.

SOUSA, S. M. P. S. A contribuição da Política de Assistência Social no momento atual da pandemia de Covid-19. *In:* SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 3., Teresina. **Anais** [...] Teresina: UFPI, 2020.

Notas

[1] Tal norte nos levou a vincular esta sinopse ao eixo temático da X JOINPP denominado *Dimensões e Contradições do Desenvolvimento Capitalista Contemporâneo*.

[2] Importante assinalar que o Serviço Social brasileiro nas últimas três décadas, mediante sucessivos avanços no campo da pesquisa, tem na publicação de revistas científicas um espaço para a difusão de análises sobre aspectos cruciais da sociabilidade contemporânea. Para informações mais detalhadas sobre essas relações acadêmicas consultar o *Relatório do Qualis Periódico da área de Serviço Social* (Denise Bomtempo e outros, 2019).

[3] Na definição desse princípio orientador dos Dossiês da RPP se faz presente a orientação gramsciana de que é fundamental voltar-se a atenção para o presente assim como é, se se quer transformá-lo. (GRAMSCI, 2001).

[4] As autoras refletem sobre esse tema também em outro texto: *Gestão pública da questão ambiental e tessituras das cidades brasileiras: notas preliminares* (Revista Katálysis, v. 15 n. 1 2012).

[5] De acordo com Mészáros, (1989, p. 27). "[...] o sistema como um todo é absolutamente dissipador, e tem de continuar a sê-lo em proporções sempre crescentes". Para esse autor, em contraposição ao que definiu Schumpeter (2016), como destruição criativa, seria mais apropriado descrever o que ocorre como produção destrutiva.

[6] Sobre esse tema, conferir as obras de Norberto Bobbio: *A era dos direitos* (Editora Campus, 1992) e *Direito e esquerda: razões e significados de uma distinção política* (Unesp, 1995).

[7] Oliveira (2007) lembra que o controle legal da violência é um atributo do Estado Democrático de Direito. Deve ser feito à distância!